

Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Itapicuru,
do dia catorze de março de dois mil e vinte e cinco.

Aos catorze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezessete horas, reuniram-se no Plenário da Câmara Municipal de Itapicuru, Estado do Piauí, os membros desta casa, situada na Travessa Marcos Gomes, cento e cinquenta e seis, sob a presidência do vereador Teodoro de Sousa Campos e demais vereadores: José Ailton Gomes da Silva, Maria do Socorro Lepiano Pereira Sarsaiva, Moisés Bezerra Lima Filho, Inesino Wagner Amorim Andrade, Raimundo Alves dos Santos, Wesley da Silva Sousa, Hudson Martins Pereira Brasil e Almeida Ferreira Lima. O presidente inicia a sessão ordinária cumprimentando a todos e autoriza a secretária a fazer a leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada por todos os presentes. Com a palavra, o vereador Inesino Wagner apresentou verbalmente um requerimento e uma nota de repúdio contra um programa de televisão exibido recentemente por uma rede local. Durante a transmissão, o apresentador questionou a idoneidade da Câmara Municipal e a honra dos vereadores, afirmando que eles "não fazem nada".

Destacou que, desde 2020, os parlamentares têm atuado constantemente em favor da coletividade e que não se pode aceitar ofensas à integridade e à moral dos vereadores, uma vez que foram eleitos democraticamente para representar a população. O parlamentar ressaltou que o apresentador disseminou informações falsas, infringindo possivelmente o artigo 287 do Código Penal, ao afirmar que a casa aprovou o aumento dos subsídios "no apagar das luzes". Explicou que o reajuste ocorreu em agosto de 2024, após quatro anos sem aumento, e que a acusação não condiz com a realidade dos fatos. Diante disso, solicitou que a Câmara encomende o caso às autoridades policiais e judiciais para as devidas providências. Também pediu que os vereadores votassem favoravelmente ao requerimento, considerando que todos foram atingidos em sua honra objetiva e subjetiva, o que pode configurar crimes como injúria e difamação. O vereador ainda mencionou a aprovação

do décimo terceiro salário dos parlamentares, reconhecendo que, apesar de ter sido votado posteriormente ao requerimento e sem tramitação em comissão, trata-se de um direito constitucionalmente garantido, conforme decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do Piauí. Em seguida, o presidente se manifestou, expressando o repúdio da Casa Legislativa em relação ao fato mencionado pelo vereador Inesino Wagner. Destacou que, em nome da Câmara, da presidência e de todos os vereadores, considera esse tipo de atitude inaceitável e que os responsáveis devem arcar com as consequências de seus atos. Ressaltou que o requerimento foi recebido verbalmente e determinou que fosse registrado em ata. Anunciou ainda que o pedido, referente à notificação e oposição do caso nas redes (sociais) digg, sociais, seria submetido à votação, para que a Câmara pudesse encaminhá-lo às autoridades competentes. A vereadora Socorro Cipriano e os vereadores Ailton Gomes, Almeida Ferreira e Wesley Sousa manifestaram concordância com a posição apresentada pelo líder da situação, Inesino Wagner. Com a palavra, o líder da oposição, vereador Moisés Lima, repudiou declarações equivocadas divulgadas recentemente, ressaltando a importância de embasar afirmações em documentos e leis. Explicou que os salários de vereadores, prefeitos e secretários são votados a cada quatro anos, antes das eleições, para evitar legislar em causa própria. Esclareceu que o projeto sobre os subsídios foi votado em 30 de agosto, antes do pleito, e que somente os eleitos passam a recebê-los. Destacou que a lei apresentada pelo vereador Wesley Sousa seguiu princípios constitucionais e diretrizes do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, respeitando o princípio da anterioridade para 2025. Defendeu que a Câmara age dentro da legalidade, incluindo pagamentos previstos na Constituição. Solicitou que a Casa envie um documento exigindo retratação pública do veículo de comunicação responsável por divulgar informações falsas, protegendo a integridade do Legislativo e seus membros. Na oportunidade, os vereadores Hudson Brasil e Raimundo de Mello, foram de acordo com o líder da oposição. O presidente da Câmara declarou o requerimento aprovado e que a Casa providenciará a formalização do documento, adotando as medidas cabíveis. Ressaltou que o objetivo é garantir que os vereadores e toda a população tenham acesso à verdade dos fatos, deixando a cargo da

justiça, a responsabilização de eventuais infrações. Quando continuou de
o presidente informou que o vereador Hudson Brasil protocolou o requerimento
nº 08/2025, solicitando informações ao Poder Executivo sobre o transporte
escolar municipal, incluindo dados sobre a faixa etária dos alunos,
veículos utilizados, períodos de oferta e reparação para alunos com menos de
10 anos. O vereador Hudson Brasil explicou que o requerimento visa obter informa-
ções sobre o transporte escolar para esclarecer dúvidas de pais e responsáveis.
Destacou a importância de entender como o transporte é oferecido, para que os
vereadores possam informar corretamente a comunidade e ajudar a responder
as questões da população. O requerimento foi aprovado por todos presentes. Em
seguida, o presidente apresentou mais um requerimento do vereador Hudson
Brasil, solicitando a apreciação dos pares e a adoção de providências pelo
Poder Executivo para a manutenção da pavimentação polidráulica da Rua 7
de setembro, em dois trechos: na ladeira de acesso ao bairro Alto Sereno 2 e
próximo ao Ginásio Poliesportivo Dona Miuda. Na sequência, a palavra foi concedida
ao vereador Hudson Brasil. O vereador Hudson Brasil justificou seu requerimento,
mencionando a existência de um possível processo licitatório em andamento, devido à situação
crítica na ladeira de acesso ao bairro Alto Sereno 2, próximo à residência da
Mêi Turiba, agravada pelo período chuvoso. Também destacou a necessidade de
intervenção em outro trecho da Rua 7 de setembro, próximo à Quadra Poliesportiva
Dona Miuda, onde a grande vazão de água tem causado transtornos, exigindo
um estudo técnico mais aprofundado. O requerimento foi aprovado por unani-
midade. Na oportunidade, o vereador Osvaldo Wagner apoiou o requerimento do
vereador Hudson Brasil, destacando que o município possui uma ata de registro de
preços válida e que, neste ano, já foram feitas melhorias na ladeira próxima à
casa da Mêi Turiba e na área da quadra Dona Miuda. Informou que a banca-
da, com o apoio do Deputado Castro Neto, conseguiu 9 mil metros de asfalto, com
a meta de asfaltar 80% das ruas até o final do mandato. Também mencionou o
trabalho dos colegas vereadores e reafirmou o apoio a projetos que tragam benefícios
para a população. Em seguida, o presidente informou que o projeto de lei que
alterava a legislação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
foi retirado da pauta para análise jurídica. Destacou que, conforme a Lei de
2001, a participação dos vereadores no conselho é permitida. Solicitou aos
colegas que se manifestassem para a escolha de um titular e um suplente,

ressaltando a importância de aproximação e a necessidade de apoio aos trabalhadores rurais. O projeto de lei 607/2025 foi retirado de pauta, mantendo-se vigente a lei de 2002. Com a palavra, o vereador Inesino Thayer, destacou que, se por sorte uma lei vigente, não há necessidade de criar uma nova. Em relação à indicação, sugeriu que a bancada da situação indicasse o titular e a bancada da oposição, o suplente. O vereador Inesino Thayer informou que, após consenso com a bancada, foi decidido, por unanimidade, indicar o vereador Artur Gomes, em razão da causa que ele defende, além de ser representante da região rural. Com a palavra, o vereador Artur Gomes agradeceu aos colegas pela aprovação do projeto, relatou sua felicidade por ser um trabalhador rural e enfatizou o seu espaço diário dos agricultores para sustentar suas famílias. Ao final, indicou o vereador Moisés Rênia como suplente. Com a palavra, o vereador Moisés Rênia saudou a todos e destacou o trabalho conjunto com os sindicatos e membros do conselho, em defesa da causa do campo. Confirmou sua aceitação para a indicação como suplente. O presidente solicitou o envio de um ofício ao Executivo para as providências necessárias. O presidente comunicou a revogação da lei n.º 01/2024, que estabelecia o 13º salário e o terço de férias para os vereadores, devido à ausência de previsão orçamentária e pareceres técnicos na gestão anterior. Informou que a atual administração analisou as finanças da Câmara e constatou a (impossibilitou) digo, impossibilidade de arcar com esses pagamentos em 2025. Reforçou que a decisão foi tomada com responsabilidade, repudiou informações falsas divulgadas sobre o tema e reafirmou o compromisso da Casa com a transparência e o equilíbrio financeiro. Por fim, apresentou o Projeto de Lei n.º 608/2025 para formalizar a revogação e o submeteu à votação. Com a palavra, o vereador Inesino Thayer afirmou que a lei n.º 01/2024, apesar de constitucional, não poderia ser aplicada em 2025 por falta de previsão no orçamento. Propôs uma análise mais detalhada para avaliar a viabilidade da medida em 2026, pedindo o posicionamento dos demais vereadores. O vereador Wesley Sousa explicou que a lei n.º 01/2024 estava em conformidade com a anterioridade legislativa, mas que a responsabilidade de analisar o impacto financeiro e encaminhar o projeto às comissões era da presidência da Câmara. lamentou a falta de tramitação adequada, que

impediu a implementação do benefício, e destacou o respaldo do Tribunal de Contas e do STF. O vereador Moisés Lima se posicionou contra a revogação da lei que previa o pagamento do 13º e férias aos vereadores, dependendo que o princípio da anterioridade foi cumprida e destacando que outras leis não exigiam pareceres sobre impacto financeiro. Ele lamentou o impasse, respeitou as opiniões dos colegas e argumentou que a revogação não deveria ser influenciada por comentários externos. O vereador Moisés Lima votou contra a revogação, defendendo o respeito ao direito constitucional dos vereadores. O presidente esclareceu que a revogação da lei que concedia 13º salário e férias aos vereadores foi uma decisão financeira, após uma análise detalhada. Apesar do aumento no repasse para 2025, a Câmara teve despesas extras, como reajustes e encargos patronais, resultando em um déficit de R\$ 11.481,93 em relação ao ano anterior. O presidente comprometeu-se a fazer a melhor gestão para a Câmara Municipal. O vereador Moisés Lima esclareceu que a discussão não era sobre a legalidade da lei, mas sobre o fato de ela não ter seguido os trâmites legais necessários. O presidente explicou que a revogação da lei foi orientada pela assessoria jurídica e contábil, que recomendou cautela e um planejamento adequado, visando que no futuro os vereadores de Haveria possam receber o 13º e o terço de férias. O vereador Hudson Brasil declarou que seguiria a orientação do líder de sua bancada. Com a palavra, o vereador Ramundo de Hilka destacou sua satisfação em discutir o projeto e afirmou que o direito do 13º do vereador é legítimo, não um pedido. Lamentou a necessidade de reexaminar leis aprovadas, mas reforçou que isso ocorre quando há questionamentos sobre sua legalidade. Defendeu que os vereadores, assim como outros trabalhadores, têm direitos garantidos por lei e que o pagamento do 13º salário não é um favor, mas um direito. Em seguida, o vereador Osório Wagner destacou a diferença entre os questionamentos dos vereadores Moisés Lima e Ramundo de Hilka, apontando que, em novembro de 2024, o ex-presidente, ciente de sua situação e da situação financeira da Casa, colocou um projeto para votação sem a tramitação necessária. Em janeiro de 2025, o novo gestor enviou um projeto administrativo para corrigir a diferença salarial, destacando a importância da aprovação de um projeto de energia solar que geraria custos, economia para o município. O

vereador Raimundo de Kilda se manifestou, afirmando que, em determinadas situações, as ações realizadas são uma obrigação e não algo além disso. Ressaltou que o município não poderia perder tempo em questões urgentes, e que embora a urgência fosse compreendida, isso não significava que as ações fossem induzidas. O presidente destacou que um projeto da Prefeitura foi aprovado em sessão extraordinária, o que dispensou a tramitação pelas comissões.

Em a palavra, a vereadora Socorro Cipriano afirmou que a revogação da lei é necessária devido à falta de análise financeira e à má-fé da gestão anterior, que não fez os devidos levantamentos. Destacou que, embora a lei seja legal e constitucional, aprová-la sem os devidos cuidados financeiros seria irresponsável. Concordeu com a revogação para evitar problemas futuros. O presidente informou que, após debate, a revogação da lei foi aprovada com seis votos a favor e três contra. Os vereadores favoráveis foram Socorro Cipriano, Ailton Gomes, Almeida Ferreira, Wesley Sousa, Inesino Wagner e o vereador-presidente Alexandre Campos, enquanto Moisés Lima, Edilson Brasil e Raimundo de Kilda foram contrários. O presidente parabenizou as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher, especialmente as mulheres taubatéenses, e anunciou que, após a sessão, pequenos mimos seriam entregues às vereadoras da casa e à vereadora. O presidente solicitou aos líderes da situação e da oposição, a definição da entrega dos títulos de cidadania, que ocorrerá em junho, durante uma sessão solene, com convites a serem encaminhados. O presidente comunicou que ele e o vereador Inesino Wagner viajarão a Brasília no dia 21 de março, retornando no sábado seguinte, e que, até o momento, não há projetos do Executivo para a sessão dessa data. A vice-presidente, vereadora Socorro Cipriano e o vereador Moisés Lima também informaram ausência na mesma sessão, tornando inviável sua realização. Assim, a sessão do dia 21 de março foi remarcada para o dia 28 de março. No grande expediente, o vereador Inesino Wagner saudou a todos, ressaltou a importância das mulheres de Taubaté e elogiou a maturidade da vereadora Wesley Sousa. Destacou que as divergências políticas devem permanecer no campo das ideias e repudiou críticas feitas aos vereadores, reafirmando seu compromisso com ética e transparência. Anunciou que acionará o jurídico do Câmara contra injúria e difamação, mencionando os reajustes salariais concedidos aos professores do município. Finalizou expressando seu

sempre com a população e a integridade no exercício do mandato. O vereador Rubson Brasil agradeceu ao presidente Kula pela inclusão de Itaverava entre os municípios contemplados com duas novas ambulâncias para a SAMU. Tranquilizou os adeptos do PSD sobre a renúncia da presidência do partido, que permanecerá sob comando do ex-vereador Adalberto até 2026. Agradeceu ao vereador Oresmo Wagner pelo apoio na cooperação técnica entre estado e município para a pavimentação do asfalto na Rua do Vento, viabilizada por emendas parlamentares. Finalizou parabenizando as mulheres pelo seu dia. O vereador Raimundo de Kilda destacou que está em seu último mandato e reforçou sua trajetória política. Defendeu que críticas fazem parte da vida pública, mas afirmou que seu trabalho prova sua dedicação e elogiou as políticas sociais do presidente Kula. Compartilhou sua história de vida, ressaltando que sempre serviu à população sem usar seu cargo para benefício próprio.

Finalizou homenageando as mulheres e sugerindo que a próxima sessão seja dedicada a elas. O presidente Leandro Campos informou sobre uma parceria para o dia internacional das mulheres, com ações para beneficiar as mulheres do município. Falou também sobre a chegada de novas ambulâncias e a pavimentação de ruas com recursos conquistados junto aos deputados Firmiano Paulo e Sadiel. Destacou melhorias nas estradas vicinais e a aquisição de kits de irrigação para a aquicultura familiar. Além disso, mencionou que, devido aos altos custos das bandas, optaram por não realizar a festa em sua residência e, em vez disso, fizeram uma parceria com a Prefeitura para realizar um evento na praça. Finalizou expressando otimismo e mencionando a viagem a Brasília em busca de mais recursos. A vereadora Socorro Cipriano comemorou o Dia Internacional das Mulheres destacando os avanços nas conquistas femininas, mas também abordando os desafios, como a violência contra as mulheres, especialmente as negras, pobres e jovens. Ela defendeu políticas públicas para melhorar a qualidade de vida das mulheres, promover a educação sobre igualdade de gênero e defender a lei Maria da Penha. Ressaltou que, apesar das dificuldades, ser mulher é um prazer. Finalizou agradecendo aos vereadores e expressando otimismo sobre o desenvolvimento de Itaverava, além de mencionar suas ações em busca de recursos para o município. Não havendo mais ninguém a

fazer o uso da palavra, o presidente declara a sessão encerrada.

Diário da Câmara Municipal de Itareia do dia catorze de março de dois mil e vinte cinco.

de dois mil e vinte cinco, Manoel do Socorro Cipra
no Reino Sausa, ~~João da Silva~~, Al. 1.º. 1.º. 1.º.
Wesley da Silva Sausa, ~~João da Silva~~, Manoel

7. Pagando em 10 parcelas